



O SILENCIAMENTO NO TEXTO JORNALÍSTICO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE: Uma análise da cobertura da Segunda Guerra mundial pelo jornal “A República” (Natal/RN-Brasil)*

Carmem Daniella Spínola da Hora Avelino, Adriano Lopes Gomes (orientador)¹
Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN

1. APRESENTAÇÃO

O trabalho que ora apresentamos faz uma análise do papel da imprensa potiguar durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e tem como objetivo analisar a cobertura do conflito por um dos principais jornais impressos da cidade do Natal (RN/Brasil) – “A República”, hoje sem circulação, evidenciando o silenciamento como estratégia discursiva no texto, em especial, no texto jornalístico. Neste artigo, partiremos da análise de notícias publicadas no jornal “A República”, que circulou entre 1889 a 1987 com algumas interrupções, durante a Segunda Guerra, evento que marcou a cidade do Natal sob diversos aspectos.

Conchavos políticos e troca de favores determinaram a tomada de posição do Brasil em relação à Guerra, ao longo do desenrolar do conflito. Órgão estatal, “A República” acabava por “dançar” numa ciranda de sentidos, isto é, o enquadramento da cobertura noticiosa do jornal seguia a determinação política do Governo brasileiro face aos acordos engendrados pelas conveniências do então Presidente da República, Getúlio Dorneles Vargas.

Desta feita, identificamos, *a priori*, no decorrer dos seis anos do conflito mundial, três importantes e distintas formações discursivas incorporadas pelo jornal em estudo, as quais caracterizam essas mudanças no posicionamento do Brasil quanto à Guerra. São elas: o discurso pró-germânico, quando da eclosão do conflito na Europa, uma vez que Vargas acabara de instaurar no Brasil a ditadura do Estado Novo, nos moldes do nazi-fascismo; o discurso da “neutralidade”, caracterizado pela aproximação simultânea do Governo brasileiro com Estados Unidos e Alemanha; e, o discurso pró-americano ou anti-eixista, quando o Brasil rompe em definitivo com os países formadores da chamada Tríplice Aliança/Eixo, Alemanha, Itália e Japão, passando a integrar o bloco dos Aliados, liderado pelos Estados Unidos.

* Trabalho apresentado na Sessão Coordenada História da Comunicação/Política do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2006.

¹ Jornalista, Mestre em Estudos da Linguagem (PPgEL)/UFRN, Bolsista voluntária na Base de Pesquisa Comunicação, Cultura e Mídia (Comídia)/UFRN; Jornalista, Doutor em Educação/UFRN, professor do Depto. de Comunicação Social/UFRN e do PPgEL/UFRN e coordenador da Base de Pesquisa Comídia/UFRN.

Nesta análise, constituímos como *corpus* de estudo as notícias publicadas pelo jornal “A República”, no período de 1942 a 1943, uma vez que nesse recorte de tempo aconteceram os fatos mais relevantes da participação de Natal na Segunda Guerra. Entretanto, para efeito de compreensão do fenômeno analisado, vamos nos deter nas ocorrências mais representativas da cobertura noticiosa do rompimento político do Brasil com os países do Eixo, que culminou com a entrada oficial do país no bloco dos Aliados, fato ocorrido em 1942.

No sentido de atender ao objetivo proposto para a realização deste trabalho, caracterizamos nossa pesquisa como qualitativa. Para tanto, nossa amostra de coleta será baseada em documentação histórica, constituída por textos noticiosos do jornal “A República”, por ter sido este o principal jornal natalense no período da Segunda Guerra Mundial. Utilizaremos como suporte teórico-metodológico a Análise do Discurso - que passaremos a citar como AD, sob a ótica da escola francesa.

Temos a intenção de desvendar o cenário em que eram produzidas essas notícias: as rotinas de produção desse noticiário, o discurso em que se apoiavam os textos noticiosos e suas implicações na interpretação crítica da realidade pelo leitor do jornal, que daí decorre, trazendo à tona uma reflexão: sendo o jornal uma fonte documental, que história é essa, parcial e ideológica, que está sendo contada às gerações posteriores ao conflito mundial?

Dessa forma, intitulamos este artigo “O silenciamento no texto jornalístico e a construção social da realidade”, uma vez que, segundo Orlandi (1995), como estratégia discursiva, o silenciamento *diz*, significa; portanto, ainda que imaterializado no texto, produz sentidos, promove discursos, ratifica ideologias.

2. “A REPÚBLICA” NA CIRANDA DOS SENTIDOS

Desde a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP –, por decreto do presidente Getúlio Vargas, em 1939, o Estado assumiu como tarefa o controle sistemático dos meios de comunicação social disponíveis.

Inicialmente, o governo determinava que a imprensa e o rádio permanecessem neutros ao divulgar notícias sobre a guerra. Tendo um novo posicionamento internacional, o Brasil passa a permitir, cada vez mais, a influência dos Estados Unidos sobre os meios de comunicação do país. Assim, é deflagrada uma propaganda sistemática contra a ideologia e os países do Eixo e os veículos de comunicação brasileiros passam a ser “abastecidos” com propaganda norte-americana. Tem início a disseminação do *american way of life*.

Em 1939, havia em Natal três jornais: “O Diário”, criado por jovens jornalistas em função da guerra; “A Ordem”, da imprensa católica; e, “A República” (CASCUDO, 1980). Fundado por Pedro Velho, o jornal “A República”, porta-voz das idéias republicanas no Estado, circulou pela primeira vez em 1º de julho de 1889. Meses depois, com a proclamação da República e aclamação de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão governador provisório do Estado, “A República” tornou-se veiculador dos atos oficiais do governo.

No ano de 1941 o jornal passou à direção do recém-criado Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda - DEIP, dirigido por Edílson Cid Varela. Diário matutino, o jornal, nesse período, tinha duas colunas fixas sobre o conflito mundial: “Noticiário da Guerra”, com notícias de agências de Nova Iorque, Moscou e Londres; e, “Notícias de Última Hora”, vindas da Agência Nacional, do Rio de Janeiro, então capital do país. O noticiário da guerra vinha sempre em destaque na primeira e última páginas do jornal, mas quando intensificou-se a participação do Brasil e, por extensão, de Natal, no conflito, mais espaço foi dado às informações referentes ao tema, fossem elas matérias ou pequenas notas, oriundas de agências noticiosas nacionais e do exterior ou produzidas em Natal; artigos, assinados ou não; avisos sobre os exercícios de guerra na cidade, campanhas nacionalistas de apelo ao patriotismo, entre outros temas.

O jornal, nesse período da cobertura do conflito, centrava seu noticiário em três vertentes: a propagação do ufanismo exacerbado, enaltecendo a figura do presidente Getúlio Vargas como grande defensor da nação; a tomada de posição favorável aos países que compunham o bloco dos Aliados, liderados pelos Estados Unidos; e, a difusão do ódio aos países formadores do Eixo.

2.1. SOBRE SILENCIAMENTO

Através do que foi dito é sempre possível se chegar ao não dito, que muitas vezes apresenta-se de forma velada no discurso. Segundo Orlandi (1993:63), com ou sem palavras, o silêncio determina os processos de significação, trabalhando os limites das formações discursivas e determinando os limites do não-dizer.

Dentre as formas descritas pela autora pelas quais esse silêncio se apresenta está o silenciamento ou “a política do silêncio”, uma linha tênue entre o que se diz e o que não se diz, ou melhor *se diz “x” para não se dizer “y”* (Ibid.:76). A autora explica que esse “não-dizer” está ligado à determinação histórica e à ideologia. Os mecanismos ideológicos

produzem efeitos no campo do imaginário e acabam por gerar uma ilusão de unidade, de discurso consensual.

Observamos isso claramente quando nos deparamos com a cobertura jornalística do periódico “A República”. No caso do trato das notícias referentes à Segunda Guerra, vê-se uma cobertura desigual do conflito, que deu relevância às fontes e notícias que apoiavam a operação militar defendida pelos Aliados e silenciou as vozes da oposição, as *vozes alternativas* (TRAQUINA, 2003: 147).

Analisando o discurso do Estado assumido pelo jornal “A República” durante a Segunda Guerra, observamos que, apagando sentidos pelo silenciamento de aspectos cruciais dos acontecimentos relativos ao conflito, o Governo acabou por produzir representações que lhe eram convenientes.

Tomando como referência a literatura dita não-oficial, produzida por personagens da sociedade natalense que vivenciaram o período da Segunda Guerra na capital potiguar, podemos ter indícios de que havia, sim, em Natal, uma agenda pública que foi silenciada pelo Estado. Um dos temas dessa agenda que podemos citar como exemplo foi a falsa idéia transmitida pelo Governo, através da imprensa oficial, de que os militares norte-americanos que serviam nas bases militares aliadas instaladas na cidade foram incondicionalmente bem recebidos pela população local. A presença norte-americana na cidade trouxera carestia, inflacionando os preços no comércio, uma vez que o dólar passou a figurar como moeda de troca. A barreira da língua foi outro causador de desentendimentos. Os natalenses, “invadidos” pela cultura norte-americana, viram-se “obrigados” a aprender a língua dos estrangeiros. Segundo relatos, esses temas eram freqüentes nas rodas de conversa da população, mas não se tornaram de conhecimento público, sendo silenciados pela imprensa.

Outros acontecimentos, como o início da presença norte-americana na cidade e a reforma da base militar para abrigar os estrangeiros foram motivo de sigilo, bem como, nenhuma notícia foi publicada, como veremos mais adiante neste trabalho, sobre o encontro dos presidentes do Brasil e Estados Unidos em Natal, em 1943 (SMITH JUNIOR, 1983).

Como se observa, assuntos que as autoridades civis e militares julgavam como sendo de segurança nacional e internacional, tinham divulgação terminantemente proibida e, quando publicadas, mereciam um controle ainda maior por parte dos órgãos competentes.

Para efeito de contextualização deste trabalho, serão analisadas algumas notícias publicadas em dias anteriores e/ou posteriores à data em que se deram os acontecimentos situados no recorte temporal exposto anteriormente, configurando, assim, os mecanismos de agendamento das rotinas sociais e políticas instauradas pelo jornalismo potiguar. No que diz respeito aos

aspectos metodológicos, vamos nos deter no conteúdo noticioso do jornal e nos apropriar de alguns elementos da análise do discurso. Para tanto, destacaremos as ocorrências mais significativas do episódio em estudo, relativo à tomada de posição do Brasil ao lado dos Aliados -, seguida de uma análise geral.

3. ANÁLISE DO EPISÓDIO

As ocorrências desse episódio correspondem ao período de 06 de janeiro a 1º de fevereiro de 1942, sendo analisadas, ao todo, 22 matérias. A seguir, apresentamos as análises de algumas dessas ocorrências.

Na edição do dia 15 de janeiro de 1942 – página 1, observamos a seguinte manchete: *“Todas as emissoras nacionais retransmitirão, hoje, às 17,30 (sic), o discurso que o presidente Getúlio Vargas proferirá na abertura da Terceira Reunião dos Chanceleres Americanos”*. Essa notícia abordou, como ocorrência, os preparativos para abertura da Conferência dos Chanceleres, no Rio de Janeiro.

Ao analisarmos esse episódio, podemos observar que “A República” começou a noticiar os preparativos para a Conferência na edição do dia 6 de janeiro. A grande maioria delas era transmitida pela Agência Nacional e chegava à redação do jornal natalense via serviço telegráfico, o que obrigava sua divulgação com um ou dois dias de atraso, uma “notícia quente” para a época. Nessa edição, em especial, por ser o dia da abertura do evento, o jornal publicou pequenas matérias que apareciam como uma espécie de retranca da matéria principal. Eram elas: *“Grande manifestação das classes trabalhadoras”*, *“Impressões de um jornalista americano”*, *“A declaração de guerra apoiada por 19 países”*, *“Despesas com a Conferência”*, *“Declarações do Sr. Garibaldi Dantas, da Agência Nacional”*, *“Importantes declarações do chanceler uruguaio”*.

A partir da cobertura desse episódio, crucial para a entrada do Brasil na Segunda Guerra, podemos observar que os textos das matérias apresentam-se altamente subjetivos, assemelhando-se a editoriais, no que concerne à tomada explícita de posição sobre um determinado acontecimento. A questão da subjetividade, do ponto de vista de um discurso ideológico, permeia todo o noticiário analisado.

Idealizadas pelos Estados Unidos, com o intuito de promover a unidade da América, as conferências pan-americanas chegariam ao seu ápice com a realização da Reunião na capital brasileira. Vargas, até então, mantinha uma posição de neutralidade, mas deixava transparecer, em certas ocasiões, sua simpatia pelas potências do Eixo – Alemanha, Itália e Japão. Ao mesmo tempo, sabia o quanto valia, política e economicamente, o seu apoio

incondicional aos Estados Unidos. A reunião no Rio fez com que o mundo voltasse os olhos para o Brasil, esperando o momento em que o país, considerado fundamental para a defesa do continente, declarasse o rompimento de suas relações com o Eixo.

O governo brasileiro romperia com o Eixo mais pelas questões de ordem política e econômica referentes às suas relações com os Estados Unidos do que por “diferenças” com as potências eixistas, apesar de sentir-se indiretamente “ferido” pelo ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941. Isso fica claro pelas longas negociações feitas entre o Brasil e os Estados Unidos, até que aquele saísse de seu estado de neutralidade.

Mas, esses pormenores em torno da tomada de posição do governo brasileiro não eram noticiados pela imprensa. As notícias relacionadas aos acontecimentos decorrentes da Conferência do Rio eram focadas na figura de Getúlio Vargas como um americano solidário e preocupado com a defesa do continente e, portanto, merecedor de elogios; e, nos Estados Unidos, como nação ferida e com carta branca para retaliação.

Esse é o caso da matéria “*Considerações sobre a posição do Brasil*”, produzida no dia 16 de janeiro de 1942, antes do esperado discurso de Vargas, a partir de uma entrevista do ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha. A referida matéria procura antecipar a fala do presidente, já denotando o forte apelo ao nacionalismo continental, como também à repulsa aos eixistas. Vê-se o discurso ideológico do Estado, assumido abertamente pelo jornal. É interessante observar, ainda, como o jornal se coloca e coloca o governo, mais precisamente o presidente Vargas, numa posição de “defensores dos anseios da nação”.

Nessa mesma matéria, o jornal apresenta o texto integral do discurso de Vargas, proferido na abertura da Reunião dos Chanceleres. Esse discurso vai nortear, a partir desse momento, a posição das autoridades constituídas e as instituições estatais, incluindo a imprensa, em relação a acontecimentos que se seguirão.

A Conferência foi encerrada no dia 27 de janeiro, mas até o início do mês de fevereiro, ainda eram publicadas notícias acerca da repercussão dos discursos de Vargas (na abertura da Reunião e na Associação Brasileira de Imprensa – ABI) e do ministro Oswaldo Aranha (quando do rompimento do Brasil com o Eixo e no encerramento da Conferência).

Nessa época, intensificou-se a propaganda de guerra com o apelo ao alistamento voluntário – tanto para soldados quanto para “alertadores”, recrutados para trabalhar junto ao Serviço de Defesa Passiva Anti-aérea – S.D.P.A.-Aé, que era constituído por nove serviços públicos federais, estaduais e municipais, além de serviços privados, com atuação em todo território nacional. Em algumas páginas do jornal “A República” eram colocadas frases conclamando a população para se alistar no serviço de defesa passiva, como por exemplo: *Natalense, a defesa*

*passiva da cidade precisa dos vossos serviços. Acorrei, portanto, ao alistamento no posto da Prefeitura Municipal. Colaborar neste serviço é um dever e uma honra*².

A propaganda também apelava para o apoio aos países aliados – no caso de Natal, para a simpatia aos norte-americanos – e para a repulsa aos países do Eixo. Adotaram-se medidas de rígido controle sobre os estrangeiros, principalmente os oriundos dos países inimigos, suspeitos de formar uma quinta coluna no país.

A importância de Natal como ponto estratégico de defesa do continente na Segunda Guerra tornou-se crescente. Segundo Smith Jr. (1993) Natal fora escolhida, em novembro de 1942, para sediar o quartel-general dos EUA no Atlântico Sul, antes situado na Guiana Inglesa. Essa mudança, no entanto, não foi noticiada abertamente pela imprensa, mas o conteúdo do noticiário nesse período aponta para a importância que a capital potiguar tinha no cenário da guerra.

Pinto (2000) explica que Natal, por sua condição de lugar estratégico na defesa do continente, era despistada dos olhares do resto do mundo. No entanto, constatamos o interessante fato de que nenhuma das grandes personalidades da guerra, instaladas em Natal ou de passagem pela cidade, tenha concedido entrevista para repórteres dos jornais locais. O principal comandante das forças armadas norte-americanas em Natal, general Robert Walsh, não se deixava fotografar e só concedia entrevistas para os jornais editados em inglês para o pessoal das bases militares – o *Foreign Ferry News* (1943-45) e o *The SAT'D Weekly Post* (1943-1946). As entrevistas de Vargas, depois do histórico encontro com Roosevelt, em janeiro de 1943, por exemplo, foram dadas quando de sua volta ao Rio de Janeiro, retransmitidas, assim, para Natal pela Agência Nacional. Nem as autoridades locais concediam grandes entrevistas da cidade.

Um exemplo disso pode ser observado durante a visita do Secretário da Marinha norte-americana, Coronel Frank Knox, a Natal. No dia 1º de outubro o jornal publica uma matéria retransmitida do Serviço Especial da Interamericana, de Washington, para Natal, pela Agência Nacional: *Em visita ao Brasil o Secretário da Marinha dos EE.UU. - O Sr. Knox faz importantes declarações à imprensa - Impressões da Base de Natal – um dos pontos mais fortificados do mundo.*

A visita do Secretário da Marinha dos Estados Unidos ao Brasil foi considerada pelos norte-americanos como *uma demonstração concreta da importância que os Estados Unidos enxergam na posição do Brasil na estratégia da guerra das Nações Unidas.* O fato de sua

² A REPÚBLICA, 10 de outubro de 1942, p. 1.

vinda a Natal, numa espécie de revista das tropas, denotou a importância da cidade na estratégia defensiva do hemisfério.

À medida em que Natal tornava-se mais importante no teatro da guerra, aumentavam as possibilidades da cidade ser alvo de ataques. Para tanto, o Serviço de Defesa Passiva intensificou os exercícios de defesa da cidade, com o objetivo de ensinar à população como agir nos momentos adversos.

Seguindo a linha do discurso anti-Eixo, algumas matérias são publicadas no sentido de denunciar atos de sabotagem que teriam o intuito de desmoralizar os serviços governamentais relacionados à preparação da cidade para sua defesa passiva e ativa.

3.1. ANÁLISE GERAL

No período da Segunda Guerra, o país vivia sob a égide do Estado Novo. A imprensa estava sujeita ao controle direto do governo, através do DIP e, no caso de Natal, do DEIP, organismos de censura que decidiam o que deveria ou não ser publicado.

Para Orlandi (1996), é através desses mecanismos de falso consenso, ideológicos portanto, que são constituídos sentidos aos quais nos filiamos. O discurso é a palavra em movimento, prática da linguagem, de acordo com Orlandi (*op. cit.*). Para a autora, o discurso não é a fala em si, mas a materialização da relação entre a ideologia e a lingüística. Ao pensarmos no tema deste artigo, percebemos que o discurso jornalístico é mais complexo, principalmente se o observamos do ponto de vista da linguagem, uma vez que apresenta formas discursivas imaterializadas, mas que carregam as marcas ideológicas construídas a partir das rotinas produtivas de cada veículo de comunicação.

O fato de ser um órgão oficial e pela sua distância das fontes geradoras das notícias fazia com que “A República” fosse dependente da Agência Nacional – a fonte institucionalizada de notícias da época. Para Sousa (1999.) as organizações noticiosas – no caso deste trabalho, o DIP, através da Agência Nacional –, diante dos fatos imprevisíveis, tendem a impor alguma ordem ao tempo, caracterizada pelo serviço de agendamento – *agenda-setting*³. Dessa forma, determinam o que deve ser noticiado, quando e como, ou seja, agendam os assuntos aos quais o público, neste caso, o leitor, deve ter acesso.

³ Apresentada por McCombs e Shaw (1972), a teoria do *agenda-setting* procura explicar os efeitos resultantes da abordagem de assuntos concretos por parte dos meios de comunicação. Essa teoria foi elaborada a partir do estudo da campanha eleitoral para a Presidência dos Estados Unidos de 1968. (SOUSA, 1999)

Controlada pelo DIP, a Agência Nacional selecionava, filtrava as notícias que deveriam ou não ser veiculadas, tudo isso baseada nos seus sistemas informativos, as rotinas organizadas na coleta de informações que revelam o tipo de acontecimento no qual determinado veículo de comunicação concentra os temas do seu noticiário. No caso do nosso trabalho, a temática em evidência era a Segunda Guerra: seus personagens, suas causas e conseqüências sobre o cenário sócio-político mundial.

Pudemos, a partir das análises dos textos, caracterizar o silenciamento provocado pelo jornal “A República” de três formas. Sabemos, porém, que nos três casos, essas características estão interligadas, uma vez que o silenciamento pressupõe uma estratégia ideológica, marca dos governos totalitários. Assim, no caso do nosso trabalho, tomamos com material de análise um veículo de comunicação que era imprensa oficial em um governo de ditadura que matinha controle total dos meios de comunicação no país. Não pretendemos, portanto, afirmar que existiam vários tipos de silenciamento, mas um tipo de estratégia de silenciamento apresentando características que podem ser exemplificadas nos textos jornalísticos analisados. Caracterizamos, assim, o **silenciamento imposto**, quando o Estado assumia um papel de guardião da soberania e da unidade nacional, como quando da divulgação do estado de neutralidade do Brasil diante do início do conflito na Europa como também quando da realização da Conferência dos Chanceleres no Rio de Janeiro, o Brasil rompe relações com os países formadores do Eixo em nome da solidariedade continental; o **silenciamento conveniente ou político**, observado nos momentos em que, por interesses políticos e econômicos, o Estado adotava um discurso que o favorecesse, o que ficou claro na fala do presidente Getúlio Vargas durante as comemorações pela vitória na Batalha do Riachuelo, em 1941, ocasião em que Vargas pretendia “alertar” os Estados Unidos para o fato de que o Brasil só cederia as bases militares no Nordeste do país em troca de favores econômicos; e o **silenciamento total**, momento em que o Estado deixava de prestar quaisquer informações ou declarações sobre determinados acontecimentos, além de censurar a divulgação destas pelo veículo de comunicação, como aconteceu na cobertura do histórico encontro dos presidentes Getúlio Vargas e Franklin Roosevelt em Natal, em janeiro de 1943, bem como na não divulgação do ataque japonês a Pearl Harbor, em 1941, sendo o fato noticiado posteriormente; e quando da visita da primeira-dama norte-americana, Eleanor Roosevelt, a Natal, em 1944, sendo determinado que notícias sobre a visita só poderiam ser divulgadas após a saída da primeira-dama do local visitado.

Notamos que, nos textos noticiosos analisados publicados pelo jornal “A República”, além da mensagem com intenção informativa, também há um apelo simbólico ao patriotismo, à união

de esforços em favor dos aliados e de repulsa aos países do Eixo, através das palavras usadas para enquadrar o acontecimento e simultaneamente atrair a atenção do leitor, como, por exemplo, *agressão nipônica* e *solidariedade continental*. Os títulos, geralmente grandes e em “letras garrafais”, eram recursos expressivos utilizados pelo jornal capazes de exprimir o grau de importância do acontecimento.

Durante toda a cobertura da Segunda Guerra, observou-se uma postura reativa do jornal “A República”, uma vez que, sendo imprensa oficial e pelo fato do país estar vivendo sob uma ditadura, as informações a respeito do conflito divulgadas no diário tinham sempre um caráter de comunicado oficial, isto é, eram repassadas ao jornal, por serviço telegráfico, pela Agência Nacional, controlada pelo DIP. O jornal, praticamente, não apresentou uma produção própria que, quase sempre, era caracterizada pela reescrita das informações enviadas pela Agência Nacional.

O destaque dado a essas fontes contribuía, simbolicamente, para mostrar o quanto os órgãos de governo têm o controle da situação e como se colocam na posição de guardiões da paz social. Esse é um dos aspectos que podem ser levados em consideração quando dos estudos atuais sobre o jornalismo. Se apontarmos nosso estudo sobre a cobertura da Segunda Guerra pelo jornal “A República” para um tema de igual relevância coberto por um dos jornais locais nos dias de hoje, perceberemos o mesmo viés na escolha dos critérios de noticiabilidade.

O predomínio das fontes oficiais evidencia, igualmente, o pouco espaço que é dado a outras vozes, fora dos círculos oficiais. A eventual dificuldade no acesso às *vozes alternativas* ou a opção – em tempos de ditadura e de preocupação com a segurança nacional – de não se buscar essa vozes são suposições que justificariam o baixo índice de diversidade de vozes no jornal “A República”. Percebemos, assim, que o jornal assumia uma posição secundária, sendo as fontes oficiais os *definidores primários* da notícia, que assumiam o comando das ações. “A República” sempre tinha uma postura reativa frente aos acontecimentos (Traquina, 2004: 180). Mas, como se dava o processo de produção de notícias publicadas pelo jornal “A República”?

Diante da análise da cobertura noticiosa da Segunda Guerra pelo jornal “A República” observamos o percurso dos acontecimentos em direção ao leitor. Nesse percurso, por onde perpassavam as fontes de informação e organismos de controle do Estado, identificamos o processo de silenciamento influenciando no modo como as notícias chegavam aos leitores. Para deixar mais claro esse processo, elaboramos o esquema a seguir:



Na elaboração desse esquema, partimos de um **fato**, que neste trabalho configura-se como a Segunda Guerra Mundial, que produz **acontecimentos**, os quais são apresentados através de **relatos**. Consideramos esses relatos como sendo os discursos produzidos pelas fontes de informação, quer sejam as autoridades civis e militares, as “fontes oficiais”, ou mesmo as agências de notícia do **Brasil** e do **exterior**. A partir daí, os relatos passavam por **organismos de controle**, que, chancelados pelo Estado, determinavam de que forma esses relatos passariam a ser notícia. Nesse momento, configurava-se o **processo de silenciamento**.

As notícias, no jornal “A República”, eram apresentadas como **discursos de autoridades**, **comunicados oficiais** ou **notícias de relevância nacional**, as quais eram repassadas aos

veículos de comunicação. No jornal, essas notícias eram **reescritas, retransmitidas**, mas havia também, mesmo que incipiente, uma produção de **notícias locais**.

Depois de todo esse percurso, o leitor tinha acesso à informação, que chegava até ele de forma parcial e fragmentada, sinalizando a esse leitor como pensar os acontecimentos e influenciando sobremaneira na sua própria construção de sentidos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No auge da Segunda Guerra, em 1942, quando o Brasil rompe relações com o Eixo, e, meses depois, Natal se torna uma das principais bases militares norte-americanas, o jornal natalense “A República” caracterizou-se como um porta-voz das forças aliadas. Seu discurso propagava o ufanismo exacerbado, o apoio aos Estados Unidos e a repulsa ao Eixo. O jornal tinha como princípio norteador a legitimação do poder simbólico exercido pelo Estado e sua cobertura informativa se caracterizava pela “cobertura” dos interesses dos poderes instituídos.

O espaço público jornalístico era essencialmente ocupado por um seleto grupo de protagonistas - as autoridades civis e militares da época. As notícias tinham sempre o caráter de comunicado oficial e raramente os jornalistas locais produziam grandes reportagens ou entrevistas com essas personagens, instaladas ou de passagem pela cidade. Ainda menos – ou nunca – se via a presença de vozes alternativas (cidadãos comuns, por exemplo) no noticiário. “A República” acabava por transmitir ao seu público uma realidade fragmentada, sustentada por um senão de elementos não-verbais, cujas marcas passariam despercebidas até pelo leitor mais atento, uma vez que subjazem ao texto. A produção noticiosa do periódico contribuiu, assim, para direcionar a construção da realidade pelo público perante o cenário social, político e cultural da época.

Centrado nessas fontes representantes do poder vigente e aceitando as interpretações “oficiais” dos acontecimentos, o jornal acabava por servir a uma hegemonia que não necessitava recorrer à coerção, no sentido do exercício de sua autoridade, uma vez que as próprias notícias tinham as marcas dessa hegemonia.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. 2. ed. Brasília, Instituto Nacional do Livro/MEC; Natal, UFRN; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FALCÃO, João. *O Brasil e a segunda guerra mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: UnB, 1999.

FERNANDES, Luiz. *A imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832 a 1908*. 2. ed. Natal, Fundação José Augusto: Sebo Vermelho, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2. ed. In: Coleção Repertórios. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

_____. *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

PINTO, Lenine. *Natal, USA*. Natal: Editora RN Econômico, 1995.

_____. *Os Americanos em Natal*. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas do RJ nos anos 50*. In: BARBOSA, Marialva (org.). *Estudos de Jornalismo (I)*. Edições do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação da UFF. Campo Grande, INTERCOM, 2001.

SMITH JUNIOR, Clyde. *Trampolim para a Vitória*. Trad. Ana Lúcia Barreto, Alberta Maria Ramalho e Sandra Mara de Oliveira. Natal, UFRN/Editora Universitária, 1993.

SOUSA, Jorge Pedro. *As notícias e os seus efeitos: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Lisboa: Universidade Fernando Pessoa, 1999.

TRAQUINA, Nelson (org.). *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. 1. ed. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 2000.

_____. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Jornais

A ORDEM. Coleção pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do RN.

A REPÚBLICA. Coleção pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do RN.